Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quinta-feira, 22 de dezembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.269
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

INÊS249

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM 2023

Expectativas positivas, mas ainda será um ano de instabilidade. Por Armando Botelho, **página 2**

SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

Passamos da hora de mobilizações integradas das três esferas de governo. Por Marcos Espínola, **página 2**

RETOMAR AUDIÊNCIAS PRESENCIAIS É PRECISO

Não se justifica o Judiciário ser o único órgão sem atividades normais. Por José Guilherme Gerin, **página 2**

PEC da Transição é aprovada e dá fôlego a novo governo Lula

Aliança entre Centrão e mercado desidratou proposta

A Câmara dos Deputados concluiu a votação da PEC da Transição (PEC 32/22), que permite ao novo governo deixar de fora do teto de gastos R$ 145 bilhões no orçamento de 2023 para bancar despesas como o Bolsa Família, o Auxílio Gás, a Farmácia Popular e outros. A PEC foi aprovada por 331 votos (são necessários 308); 163 deputados votaram contra a emenda.

De acordo com o texto aprovado, o espaço orçamentário criado não valerá para 2024, como constava do texto original da PEC vinda do Senado. A votação em segundo turno na Câmara ocorreu na tarde desta quarta-feira, e a PEC voltou ao Senado, devido a mudanças feitas pelos deputados. A expectativa é que fosse aprovada ainda nesta quarta-feira.

Segundo analistas políticos e de comunicação, a aliança Centrão, mercado e mídia acabou sendo decisiva para reduzir o estouro do teto para um ano. Assim como na terça-feira, o dólar fechou em queda, apesar de bem mais leve (0,07%), e a Bolsa de Valores encerrou o pregão em alta, de 0,53%.

Outra alteração feita pelo relator no texto original decorre do acordo entre as lideranças partidárias e o governo eleito para alocar os recursos das emendas de relator-geral do Orçamento 2023 – o orçamento secreto – consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Pelo acordo, esses recursos serão rateados entre emendas individuais e programações de execução discricionária pelo Executivo (de execução não obrigatória). O relator-geral poderá apresentar até R$ 9,85 bilhões em emendas para políticas públicas (50,77% dos R$ 19,4 bilhões das emendas de relator consideradas inconstitucionais). A outra metade foi direcionada para emendas individuais, que passam de R$ 11,7 bilhões em 2023 (R$ 19,7 milhões por parlamentar) para cerca de R$ 21 bilhões.

Marcelo Camargo/ABr

Futuro presidente garante banco voltado para inovação

Mercadante anuncia equipe no BNDES com ex-banqueiros e ex-ministros

Escolhido pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o BNDES, Aloizio Mercadante anunciou nesta quarta-feira, durante evento para empresários em São Paulo, os novos diretores da instituição financeira. Entre os nomes, estão ex-ministros, empresários e integrantes do mercado do financeiro:

Diretoria Financeira: Alexandre Abreu, presidente do Banco do Brasil em 2015 e 2016 e ex-presidente do Banco Original;

Diretoria de Planejamento: Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento;

Diretoria de Mercado de Capitais: Natalia Dias, presidente do Standard Bank Brasil

Diretoria de Inovação: José Luis Gordon, ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii);

Diretoria Social: Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social e uma das criadoras do Bolsa Família;

Diretoria de Economia Verde: Luciana Costa, presidente da subsidiária brasileira do banco de investimentos francês Natixis.

Segundo Mercadante, o banco de fomento estará orientado "para o futuro". A instituição, afirmou, buscará financiar a inovação na indústria e revitalizar a atuação em projetos sociais e ambientais. Ele também prometeu a expansão do crédito para micro e pequenas empresas e cooperativas de crédito.

O futuro presidente da instituição também anunciou que o BNDES buscará fontes externas de recursos para compensar as restrições no Orçamento de 2023, como o Fundo Amazônia, que tinha R$ 1 bilhão parado e que será liberado.

Mercadante anunciou que o banco tentará retomar uma parceria com a China para criar um fundo com o BNDES de US$ 10 bilhões e disse que a Europa tem 55 bilhões de euros em financiamentos socioambientais para oferecer a outros países.

Balança recorde reduz rombo externo a US$ 60 mi

As contas externas tiveram saldo negativo de apenas US$ 60 milhões em novembro, informou o Banco Central. No mesmo mês de 2021, o déficit havia sido de US$ 8,509 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países.

A diferença na comparação interanual se deve ao saldo da balança comercial, que aumentou US$ 7,5 bilhões, enquanto os déficits em serviços e renda primária recuaram US$ 212 milhões e US$ 665 milhões, respectivamente.

Em 12 meses, encerrados em novembro, o déficit em transações correntes é de US$ 52,357 bilhões, superior ao déficit de US$ 47,511 bilhões no período equivalente encerrado em novembro de 2021. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), porém, o rombo nas contas externas diminuiu, de 2,89% para 2,78%. No acumulado do ano, o déficit é de US$ 44,616 bilhões, contra saldo negativo de US$ 38,617 bilhões de janeiro a novembro de 2021.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, destaca que o resultado comercial é o maior da série histórica para os meses de novembro e foi o principal responsável pela melhora nas transações correntes do mês. Segundo ele, isso deve ao aumento das exportações no mês passado, que cresceram 39,3%, enquanto as importações cresceram apenas 3%.

"No mesmo mês de novembro as importações ficaram praticamente paradas enquanto as exportações continuaram a crescer", disse, explicando que o resultado foi específico em novembro, já que, de janeiro a novembro, exportações e importações cresceram em patamares similares, em média 21%.

As exportações de bens totalizaram US$ 28,889 bilhões em novembro, aumento de 39,3% em relação a igual mês de 2021. As importações somaram US$ 23,749 bilhões, incremento de 3% na comparação com novembro do ano passado. Com esses resultados, a balança comercial fechou com superávit de US$ 5,140 bilhões no mês passado, ante saldo negativo de US$ 2,333 bilhões em novembro de 2021.

O déficit na conta de serviços somou US$ 2,549 bilhões em novembro, redução de 7,7% ante igual mês de 2021.

Através de MP, governo zera PIS/Cofins de setor aéreo

Foi publicada na edição desta quarta-feira do *Diário Oficial da União* a Medida Provisória 1147/22, que zera as alíquotas do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros auferidas no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026. O objetivo, segundo o governo, é "viabilizar a operacionalização da redução das alíquotas a zero, estipulando de maneira precisa a forma como o incentivo se dará".

A MP pegou carona na lei que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O Perse (Lei 14.148/21) foi criado para estabelecer ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia.

A Medida Provisória também dispensa a retenção na fonte dos tributos envolvidos no programa e afasta a possibilidade de manutenção dos créditos do PIS e da Cofins vinculados às receitas que estejam com as alíquotas dessas contribuições reduzidas a zero por cento.

O governo alega que a medida vai promover o fomento do setor, não resulta na renúncia de receitas tributárias e não impacta a receita do exercício de 2022.

A medida provisória será analisada agora no Plenário da Câmara dos Deputados. Em seguida irá para votação do Senado, informa a Agência Câmara de Notícias.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2027
Dólar Turismo	R$ 5,4200
Euro	R$ 5,5181
Iuan	R$ 0,7449
Ouro (gr)	R$ 305,18

ÍNDICES

IGP-M	-0,56% (novembro)
	-0,97% (outubro)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Aprendizados do mercado imobiliário e perspectivas para 2023

Por Armando Botelho

O mercado imobiliário passou por uma grande transformação nos últimos anos, influenciado principalmente pela crise provocada pelo coronavírus. O ano de 2020, período pré-pandemia, começou com uma expectativa de estabilização da economia, estávamos em uma crescente em relação ao financiamento imobiliário, com incorporadoras preparando lançamentos e novos IPOs.

Já durante o isolamento social, em um momento em que as pessoas buscavam mais conforto e estabilidade, o setor de imóveis prosperou e bateu recordes – alta de 23,6% nas vendas e 1,1% nos lançamentos, de acordo com o Indicador de Vendas da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). A captação de crédito foi fundamental para oferecer recursos para pessoas e empresas, com empréstimos atrativos em prazo e taxa. Foram esses artifícios, como o home equity, que ajudaram a manter essa estabilidade do setor.

E, no pós-pandemia, em 2021, sentimos que foi o melhor ano para aquisição. Todos os bancos reajustaram suas taxas em dezembro do ano passado, e naquele mês, a média de juros passou de 7,95% para 9,15%. Esse número passou a não ser tão atrativo quanto ao ano anterior, mas o potencial de valorização de novos imóveis agora pode compensar o valor dos empréstimos.

> Expectativas positivas, mas ainda será um ano de instabilidade

É provável que 2022 seja o segundo melhor ano. Em um momento de incerteza política e inflação no Brasil e no mundo, o mercado segue com liquidez, porém, com investidores cada vez mais exigentes e criteriosos. As taxas também estão mais altas, devido ao risco associado ao aumento dos juros. Porém, para facilitar essa situação, a tecnologia tem impactado o setor e traz mais velocidade na contratação do crédito, maior gama de opções e melhor experiência do cliente.

A pandemia também impactou o perfil dos clientes. Agora, com a possibilidade do trabalho remoto ou híbrido, eles buscam residências fora dos grandes centros urbanos, com a possibilidade de refinanciamento. E, claro, há também uma maior procura por espaço e conforto, já que a casa também se tornou o escritório e área de lazer.

As expectativas do mercado imobiliário para 2023 são positivas, mas ainda será um ano de muita instabilidade. A inflação deve começar a ser controlada, as taxas de juros começam a cair lentamente, as incorporadoras retomam o ritmo de crescimento, e o crédito imobiliário tende a voltar a crescer. As projeções são favoráveis, com certeza será uma oportunidade promissora para quem souber aproveitar e investir no setor.

Armando Botelho é diretor comercial da Creditú.

Segurança pública integrada

Por Marcos Espínola

O número de policiais mortos em 2022 ainda não foi consolidado pelos principais órgãos que monitoram esses índices, porém é notório os variados assassinatos nas principais capitais. Somente no Rio, no início desta semana, em menos de 24 horas, dois policiais militares foram exterminados na capital.

Estamos a poucos dias de encerrarmos mais um ano e parece que foi ontem que falávamos sobre a necessidade de providências a serem tomadas na direção de dar maior segurança para estes profissionais. Chamamos a atenção aqui repetidas vezes sobre o cenário de guerra irregular que vivemos, mas apesar dos esforços das autoridades competentes, não tem sido o bastante para conter a escalada do crime e da violência. Talvez passamos da hora de mobilizações integradas das três esferas de governo, com ações verticalizadas, melhor articuladas e com maior inteligência.

O momento é oportuno para um governo que se inicia e que promoverá reestruturações. Saúde, educação, emprego estão no topo das prioridades, mas a segurança carece de muita atenção, urgência e total seriedade no seu trato. O novo ministro da Defesa e da Segurança Pública precisa considerar o tema crítico, pois afeta diretamente a integridade física e psicológica de toda a nação, inclusive dos agentes de segurança que estão sendo exterminados.

Dados da Rede de Observatório da Segurança revelaram que, nos últimos dois anos, até junho de 2022, foram mais de 20 mil ações policiais apenas nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, tendo a apreensão de drogas, como principal motivação das operações. Considerando que essas drogas não surgem das comunidades, ou seja, vêm de fora do país, esse combate não pode ficar restrito à federação. Aí está o erro, pois se de um lado o narcotráfico é altamente organizado, a dinâmica de repressão, historicamente, não tem sido assim.

A população brasileira está vulnerável e à mercê da insegurança. Os profissionais de segurança, por exemplo, além de assassinados, são constantemente vítimas de ameaças, assédio moral ou humilhação no ambiente de trabalho, além de serem discriminados por serem profissionais de segurança pública, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Que os governos federal, estadual e municipal possam entender de uma vez por todas que é preciso compartilhar dados e trabalhar em conjunto para combater o crime organizado, protegendo a vida, a propriedade pública e privada, além dos agentes da segurança pública que defendem a sociedade.

Marcos Espínola é advogado criminalista e especialista em segurança pública.

Retomar as audiências presenciais é preciso

Por José Guilherme Gerin

Com a pandemia da Covid-19, os tribunais precisaram adotar as audiências virtuais para dar andamento e efetividade aos processos. Mesmo não sendo novidade, estas se mostraram a melhor maneira para que o Judiciário permanecesse atuando e a população não fosse prejudicada. No entanto, essa situação precisa ser revista e já é o momento do presencial ser retomado.

O Judiciário não pode limitar os direitos das pessoas, em especial, o acesso à justiça. Com o funcionamento dos fóruns de forma virtual, coube a advocacia receber os clientes em seu escritório e realizar os atos online. O atendimento remoto feito pelos servidores e principalmente magistrados trouxe dificuldades para os advogados exercerem a sua atividade.

Os índices de contágio e mortes por Covid-19 caíram. Escolas, faculdades, repartições, escritórios de advocacia, voltaram ao funcionamento normal. Assim, não se justifica o Judiciário ser o único órgão sem atividades normais, como a presença dos magistrados nas dependências do fórum.

Há ainda a função social dos fóruns para a cidade. Com o fechamento repentino devido a pandemia e a redução da circulação, comércios do entorno fecharam as portas, vendedores informais foram prejudicados, restaurantes ficaram sem clientes, casas alugadas para escritório, xerox, uso de internet foram devolvidas. É um problema social que pode ser reduzido com o retorno das atividades dos tribunais.

Além disso, especialistas como os conciliadores relatam que a falta de contato humano prejudicou os trabalhos no dia a dia, pois entendem que a comunicação nas negociações passa pelo contato visual e que, por trás de gestos e expressões faciais, é possível desvendar a verdadeira intenção do locutor e até contradições podem ser detectadas. Assim, a realização da audiência no formato presencial poderia ajudar nas conciliações, sobretudo, em casos de família.

As audiências virtuais trouxeram diversos benefícios, por isso, ganham cada vez mais defensores para que se tornarem rotina. É possível ganhar tempo sem o deslocamento, as partes economizam nesse traslado, inclusive, ajudando o meio ambiente, com menos emissão de CO_2.

Já habituado com as audiências virtuais, o advogado consegue aproveitar o tempo em que espera ser "aceito" pelo Judiciário na sala virtual, para realizar outras atividades, como peticionar nos processos virtuais, falar com os clientes.

Entre as desvantagens das audiências virtuais, a maior é a conexão com internet. Embora a Lei 12.965/2014 assegure no artigo 4º, I, o direito de acesso à internet a todos, segundo dados do IBGE de 2021, ainda temos mais de 7 milhões de famílias sem conexão à rede, o que representa mais de 28 milhões de pessoas acima dos dez anos de idade.

Esse não é o único impedimento, pois, mesmo pessoas com acesso à internet têm diversas dificuldades para acessar as audiências, devido a links errados, salas que não existem, demora para o início, além de falta informação sobre atraso, conciliadores que não incluem todos na mesma sala, entre outros problemas.

A evolução é notória, e os benefícios são maiores que as dificuldades, mas, quase três anos depois, ainda não há definição sobre qual audiência deve ser realizada presencialmente ou virtualmente. Já está em uso a justiça 100% virtual, em que, ao escolher essa opção, as partes do processo concordam que todos os atos serão nesse formato.

Mas, nos demais processos, não marcados como 100% virtuais, há juízes que exigem a presença das testemunhas e do preposto no fórum e facultam ao advogado a participação por vídeo. Diversas audiências são agendadas como presenciais e alteradas no mesmo dia para virtuais, assim como o inverso também ocorre.

Cabe ao CNJ, ouvindo todas as partes interessadas: magistrados, MP, funcionários dos tribunais, peritos, advogados, OAB e população), definir quais audiências poderão ser realizadas de forma virtual e quais poderão ser realizadas de forma presencial.

E que se leve em consideração as características dos processos e, principalmente, dos usuários, evitando que cada cartório realize um tipo de audiência para cada tipo de processo, trazendo tranquilidade e regramento benéficos para os usuários da justiça.

José Guilherme Gerin, advogado, é gerente de Operações da Finch.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Multis têm atalhos para escapar de imposto mínimo

O acordo entre países da União Europeia (UE) para cobrar um imposto mínimo sobre os lucros das multinacionais, que segue entendimento firmado em nível internacional, foi criticado pela ONG britânica Oxfam. Especialista em impostos da entidade, Chiara Putaturo salientou que "o acordo mostra como a UE está sendo refém de um punhado de paraísos fiscais europeus".

Para Chiara, a alíquota mínima efetiva, de 15%, é muito baixa, curvando-se às exigências dos países da UE que lucram com impostos reduzidos, como Irlanda e Malta. Ainda, "inclui generosas isenções, permitindo que multinacionais superlucrativas e subtributadas escapem do imposto mínimo".

"Este acordo não resolverá o problema da concorrência tributária agressiva, pois é uma cópia carbono do fraco acordo tributário internacional. Os países da UE desconsideraram a oportunidade de elevar o nível e definir um sistema tributário que não é adequado para as muitas crises que o mundo enfrenta", criticou.

Chiara acrescentou que o acordo da OCDE é injusto para os países mais pobres, "que só recebem migalhas". "O mínimo que os países da UE ainda podem fazer é garantir uma divisão mais igualitária da receita tributária com os países de baixa renda. Eles podem fazer isso revisando acordos tributários bilaterais injustos."

Educação em baixa

As crises financeiras e a retração do Fies levaram as empresas de educação a reduzir drasticamente seus preços nos últimos anos. Na Cogna, que tem entre suas subsidiárias a Universidade Anhanguera, um curso de tecnólogo, como o de empreendedorismo, por exemplo, caiu de R$ 400 para R$ 85 mensais em um período de três anos.

Levantamento feito pela Price Survey avaliou os custos de 3 cursos de graduação e pós-graduação dos mais procurados pelos estudantes: Direito, Ciências de Dados e Administração. A mensalidade mais barata de uma pós no modelo EaD ficou em R$ 143, com duração de 6 meses. Na graduação presencial, o valor mais em conta foi de R$ 218,70, num total de 60 meses de estudo.

Ainda maior

O Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu a uma taxa média anual de 4,6% do 3º trimestre de 2019 ao 3º trimestre de 2022, bem acima da média mundial. Durante o período, o crescimento do PIB da Índia e dos Estados Unidos ficou em 2,2% e 1,6%, respectivamente; Japão, Alemanha, França e Grã-Bretanha ficaram abaixo de 0,5%.

Rápidas

Nesta quinta, o BNI Connections São Carlos se reúne no Hotel Nacional Inn para networking empresarial. No mesmo dia, o BNI Regional SP Central se reúne virtualmente para uma mentoria de 8 semanas *** Até o dia 24, o Pátio Alcântara, em São Gonçalo, oferece espaços temáticos natalinos e fotos gratuitas com o Papai Noel, iniciativa rara nesses tempos de comercialização total. Para registrar os momentos especiais com o Bom Velhinho, basta usar o celular *** O programa de combate à fome Mesa Brasil Sesc RJ concluiu nesta quarta-feira a doação de 10 mil aves Chester para instituições que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social no Rio. É o 7º ano de parceria com a Perdigão e o Instituto BRF.

Arrecadação federal atingiu R$ 172,03 bi em novembro

A União arrecadou R$ 172,03 bilhões em impostos em novembro, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira pela Receita Federal. É maior valor já registrado para meses de novembro desde 2013. Na comparação com novembro do ano passado, houve crescimento real de 3,25%, ou seja, acima da inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No acumulado do ano, a arrecadação alcançou R$ 2 trilhões, representando acréscimo acima da inflação de 8,8%. O valor é o maior desde 2000, para o período acumulado. Os dados sobre a arrecadação de novembro estão disponíveis no site da Receita Federal.

Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado em novembro ficou em R$ 165,64 bilhões, representando acréscimo real de 2,53%, enquanto no período acumulado de janeiro a novembro, a arrecadação alcançou R$ 1,88 trilhão, alta real de 7,16%.

O aumento pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento de recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, eles são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R$ 30,79 bilhões, com crescimento real de 15,16% sobre o mesmo mês de 2021. O resultado é explicado pelo acréscimo real de 19,27% na arrecadação da estimativa mensal de empresas. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

A Receita observa ainda que houve pagamentos atípicos de IRPJ e CSLL de, aproximadamente, R$ 2 bilhões, por empresas ligadas ao setor de commodities, associadas à mineração e extração e refino de combustíveis.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R$ 460,35 bilhões, com crescimento real de 19,18%. Esse desempenho é explicado pelos acréscimos de 81,6% na arrecadação relativa à declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, decorrente de fatos geradores ocorridos ao longo de 2021, e de 19% na arrecadação da estimativa mensal.

"Destaca-se crescimento em todas as modalidades de apuração do lucro. Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R$ 42 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no período de janeiro a novembro deste ano, e de R$ 39 bilhões, no mesmo período de 2021", informou a Receita Federal.

Já as receitas extraordinárias foram compensadas pelas desonerações tributárias. Apenas em novembro, a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R$ 3,75 bilhões. No ano, chega a R$ 22,1 bilhões. Já a redução de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) custou R$ 1,9 bilhão à Receita no mês passado e R$ 15,3 bilhões no acumulado de janeiro a novembro.

Outro destaque da arrecadação de novembro foi a receita previdenciária, que alcançou R$ 45,81 bilhões, com acréscimo real de 3,87%, em razão do aumento real de 12,93% da massa salarial. No acumulado do ano, o resultado chega a R$ 488,29 bilhões, alta real de 5,98%. Esse último item pode ser explicado pelo aumento real de 7,9% da massa salarial e pelo aumento real de 13,85% na arrecadação da contribuição previdenciária do Simples Nacional de janeiro a novembro deste ano, em relação ao mesmo período de 2021.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – Rendimentos de Capital teve arrecadação de R$ 7,02 bilhões no mês passado, com acréscimo real de 59,88%. De janeiro a novembro, o valor chega a R$ 76,83 bilhões, alta real de 62,03%. Os resultados podem ser explicados em razão da alta da taxa Selic, que influenciou o recolhimento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa.

O IRRF – Rendimentos do Trabalho registrou arrecadação de R$ 15,70 milhões, representando crescimento real de 8,55%. O resultado deve-se aos acréscimos reais na arrecadação dos itens Rendimentos do Trabalho Assalariado (9,11%), Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público (6,51%) e Participação nos Lucros ou Resultados (35,99%).

Setor de combustíveis deve continuar com benefícios de PIS/Cofins

A cadeia produtiva do setor de combustíveis tem direito a manter os benefícios concedidos pela Lei Complementar 192/2022 em sua redação original, que prevê alíquota zero de PIS e Cofins e a manutenção do crédito tributário sob as alíquotas ordinárias de 1,65% e 7,6% dessas contribuições nas aquisições de diesel e GLP. O entendimento é do juiz federal Francisco Alves dos Santos Júnior, da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ao analisar recurso interposto por um distribuidor de combustível de Natal (RN).

O recurso questiona as alterações promovidas pela Medida Provisória 1.118/2022 e pela Lei Complementar 194/2022, que retiraram o direito ao crédito tributário previsto pela redação original da Lei 192/2022.

"Além de recuperar os créditos tributários do período entre a implementação dessas leis complementares, a decisão permite estender este benefício por mais 90 dias", explica o advogado André Adolfo, do escritório Adolfo, Carvalho & Gurgel Advogados Associados, que representou a empresa na ação judicial.

De acordo com o advogado, a medida pode gerar jurisprudência para toda a cadeia comercializadora desses itens, optantes pelo Lucro Real, incluindo ainda os adquirentes finais, como atacadistas e distribuidores, já que acompanha decisão do próprio STF (Supremo Tribunal Federal) em relação ao tema, conforme ADI 7181.

Com o objetivo de frear a escalada de preços de combustíveis e aumentar as chances de reeleição, que não veio, o governo Bolsonaro instituiu em 11 de março a LC 192/2002, que reduziu a zero as alíquotas do PIS Cofins, PIS-Importação e Cofins-Importação sobre combustíveis, além de estabelecer a tributação monofásica do ICMS.

Em seu artigo 9º, a nova legislação previu ainda que toda a cadeia produtiva, incluindo ainda os consumidores finais, poderia manter os benefícios de manutenção de crédito tributário referente a essas operações sob as alíquotas ordinárias de 1,65% e 7,6%.

Ao perceber que a medida geraria um impacto ainda maior nos R$ 16,59 bilhões de renúncia fiscal planejados inicialmente pela União, o governo publicou em 17 de maio a Medida Provisória 1.118/2022, que mantém os créditos tributários somente para os revendedores.

Em seguida, em 23 de junho a LC 194/2022 alterou a legislação originária, e suspendeu totalmente a utilização de créditos tributários gerados pela comercialização de combustíveis com alíquota zerada, incluindo os produtores, revendedores e consumidores finais, salvo algumas exceções quando utilizados como insumos.

"Essa confusão na legislação trouxe consigo uma majoração brusca dos tributos num curto espaço de tempo, o que desrespeita o princípio da anterioridade nonagesimal", explica o advogado André Adolfo. "É esse o mesmo entendimento do STF e que abre a possibilidade de outras empresas da cadeia de combustíveis recorrerem e manterem o direito a esses benefícios por mais 90 dias da data em que a MP 1.118 e LC 194 foram publicadas" conclui Adolfo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS SÓCIOS

Na qualidade de administrador da sociedade empresária limitada **SANTA CRUZ 1439 POINT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, CNPJ nº 37.882.857/0001-92, convoco todos os seus respectivos sócios para a Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer no dia **11 de janeiro de 2023**, às **10:00h**, a ser realizada virtualmente por meio da seguinte plataforma: Microsoft Teams através do link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Mzc2M2RjZmQtNGNiMi00MGEwLThkMTktMDMxNzllYjlmM2Uy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2264a9fd7b-e5ca-4f07-ba0d-8e61f236b0e0%22%2c%22Oid%22%3a%22201b1489-5577-43db-990e-9c960b4230eb%22%7d A assembleia versará sobre os seguintes pontos: 1. Venda das cotas dos sócios; 2. Dissolução da sociedade; 3. Débitos existentes na sociedade; 4. Execuções fiscais e penhoras realizadas; 5. Contrato de locação; 6. Prestação de contas; 7. Acordos Trabalhistas; 8. Atividades exercidas pela administração de fato (Sr. Gustavo e Sr. Max); 9. Dívidas trabalhistas oriundas da sucessão empresarial; 10. Outras deliberações. Em obediência ao Art. 1.074 do Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), a Assembleia Geral instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os Sócios que não puderem comparecer na data e no horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através de outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. Este instrumento deverá ser levado a registro juntamente com a ata da respectiva Assembleia Geral. Contando com a presença e a participação de V. Sas., subscrevo-me.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022

Henrique Fraga do Nascimento

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

LEILÕES & COMPANHIA

Interino

Bens da gráfica que imprimia o Enem vão a leilão

A unidade industrial RR Donnelley Editora e Gráfica iniciou um leilão de bens avaliados em R$ 224.143.630,92. São imóveis, maquinários, veículos e outras propriedades localizadas na Grande São Paulo e em Pernambuco e Santa Catarina. A empresa teve a falência decretada pela 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Osasco em abril de 2019.

A RR Donnelley era uma das principais gráficas especializadas em impressão de livros no Brasil, tendo em seu portfólio a impressão dos cadernos da prova do Enem, onde era a responsável direta desde 2009. Um ano antes da pandemia, em abril de 2019, a editora decretou falência e encerrou as atividades no País depois de 25 anos de atuação.

Os bens estão divididos da seguinte forma:

– Imóvel industrial com área de 30 mil m² com maquinário em Osasco, na Grande São Paulo, somam R$ 108.336.768,97.

– Veículos, maquinários e outros equipamentos industriais em Barueri, Grande São Paulo, avaliados em cerca de R$ 56 milhões.

– Imóvel Industrial localizado em Blumenau, SC, com 33 mil m² e maquinário, avaliado em R$ 56.798.410,40

– 2 conjuntos comerciais localizados em Recife, PE, avaliados em mais de R$ 3 milhões.

O leilão será iniciado 10 de janeiro em 1ª chamada e será encerrado 20 de janeiro, prosseguindo para a 2ª chamada que se encerra 30 de janeiro, e por fim, a 3ª chamada, que terminará 13 de fevereiro, a partir das 14h30. Os leilões serão conduzidos por Fernando Cerello, leiloeiro oficial da Mega Leilões (megaleiloes.com.br/ML23723).

Para começar o ano, terreno em Vila Isabel

Sérgio Represas (sergiorepresasleiloes.com.br/leilao/detalhe_lote/140/#conteudo) leva a pregão, online, no início de 2023, terreno medindo 553m² (parte de um posto de gasolina desativado), localizado na Rua Teodoro da Silva, 422, Vila Isabel, Rio de Janeiro, RJ, esquina com a Rua Souza Franco. O leilão foi autorizado pela 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro; o exequente é a Ipiranga Produtos de Petróleo S/A. Avaliação: R$ 1.250.000,00. O 1º leilão será em 23 de janeiro, às 12h.

Sala no Porto Maravilha

Jonas Rymer (rymerleiloes.com.br/leilao/detalhe_lote/1577/#conteudo) destaca a sala 1.402, com 36m² e vaga de garagem, situada na Rua Equador, 43, Bloco 03, Santo Cristo/RJ. O imóvel está estabelecido no condomínio Porto Atlântico Business Square Leste, com ótima localização, na área do Porto Maravilha – próximo ao Hospital Gamboa, Rodoviária, estações de VLT, ao Centro do Rio, a 6km do Aeroporto Santos Dumont e próximo de vias de chegada e saída do Rio. Câmeras de vigilância, interfone, pilotis, portaria e segurança 24 horas. O IPTU, em 2022, representava aproximadamente R$ 1 mil ao mês. A cota condominial estava em cerca de R$ 610 mensais. Leilão online. Avaliação: R$ 450.000,00. O 1º leilão será em 30 de janeiro, às 12h.

Depois da virada, que tal um carro?

Quem busca oferta em veículos pode encontrar boas opções no leilão que Leonardo Schulmann (schulmannleiloes.com.br) inicia logo após a virada do ano, no dia 2. Tem vários Land Rover, entre eles um 2020 blindado, Mitsubishi Pajero e até motoaquática. Preços variam de R$ 118 mil a R$ 600 mil. Término do pregão online em 24 de janeiro.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS SÓCIOS

Na qualidade de administrador da sociedade empresária limitada **SANTA CRUZ 1439 POINT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, CNPJ nº 37.882.857/0001-92, convoco todos os seus respectivos sócios para a Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer no dia **11 de janeiro de 2023**, às **10:00h**, a ser realizada virtualmente por meio da seguinte plataforma: Microsoft Teams através do link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Mzc2M2RjZmQtNGNiMi00MGEwLThkMTktMDMxNzllYjlmM2Uy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2264a9fd7b-e5ca-4f07-ba0d-8e61f236b0e0%22%2c%22Oid%22%3a%22201b1489-5577-43db-990e-9c960b4230eb%22%7d. A assembleia versará sobre os seguintes pontos: 1. Venda das cotas dos sócios; 2. Dissolução da sociedade; 3. Débitos existentes na sociedade; 4. Execuções fiscais e penhoras realizadas; 5. Contrato de locação; 6. Prestação de contas; 7. Acordos Trabalhistas; 8. Atividades exercidas pela administração de fato (Sr. Gustavo e Sr. Max); 9. Dívidas trabalhistas oriundas da sucessão empresarial; 10. Outras deliberações. Em obediência ao Art. 1.074 do Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), a Assembleia Geral instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os Sócios que não puderem comparecer na data e no horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através de outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. Este instrumento deverá ser levado a registro juntamente com a ata da respectiva Assembleia Geral. Contando com a presença e a participação de V. Sas., subscrevo-me.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022

Henrique Fraga do Nascimento

Falta de proponentes cancela leilão do Canecão

Programado para esta quarta-feira, o leilão para escolha do concessionário da antiga casa de shows Canecão, acabou não ocorrendo por falta de proponentes. O espaço pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo o vice-reitor da UFRJ, Carlos Frederico Leão Rocha, um novo leilão deve ocorrer em janeiro. A outorga mínima de R$ 625 mil será mantida, bem como a cláusula que estabelece que o concessionário terá que construir uma casa de shows e realizar investimentos em infraestruturas acadêmicas, totalizando R$ 140 milhões, nos próximos três anos.

"Nada se altera quanto a isso. Nós manteremos os valores e o modelo que foi adotado", disse Rocha. Além do espaço para espetáculos com capacidade mínima para 3 mil espectadores, o Canecão contará com espaço para exposições e sala de ensaios.

O modelo do leilão foi estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que permanecerá na estruturação e encaminhamento do projeto.

De acordo com o vice-reitor, a ausência de propostas para o leilão se deve à possibilidade de os eventuais interessados precisarem de mais tempo para apresentar um projeto que atenda aos princípios elaborados no edital.

O BNDES também atribuiu a falta de propostas ao prazo. "Os investidores interessados no projeto demandaram mais prazo para elaborarem suas propostas. A UFRJ irá divulgar em janeiro uma nova data de apresentação de propostas", informou a assessoria do banco.

O edital prevê também a construção do Espaço Ziraldo, com pelo menos 430 m² de área, para receber exposições e apresentações. Esse espaço abrigará o mural produzido pelo escritor e cartunista Ziraldo (foto em destaque) para o antigo Canecão, com 32 m x 6 m. A obra é inspirada nos traços dos pintores Picasso e Portinari e será restaurada pela universidade.

Na avaliação do superintendente da Área de Governo e Relacionamento Institucional do BNDES, Ricardo Antônio Torres Rodrigues, "o projeto de concessão do novo equipamento cultural da UFRJ é uma oportunidade de melhorar a infraestrutura acadêmica da universidade por meio desses edifícios. Todas as novas infraestruturas serão de propriedade da UFRJ", explicou. Rodrigues acrescentou que o projeto devolve ao Rio um dos mais importantes espaços culturais para a música brasileira.

Como contrapartida pelo uso comercial do local por 30 anos, além de arcar com os custos para a construção das benfeitorias, o concessionário deverá construir um restaurante universitário para a UFRJ, com capacidade para servir 2 mil refeições por dia, e um prédio acadêmico, que deve atender a mais de 4 mil estudantes.

Será feito ainda investimento na urbanização das áreas remanescentes, com a criação de espaços públicos e arborizados para a sociedade. Anualmente, a UFRJ terá direito a 50 dias de uso do espaço; 90 dias de exposição e da sala de ensaio; e 275 dias do Espaço Ziraldo.

A manutenção dos espaços será feita pela empresa que vencer o leilão. Após o período da concessão, os empreendimentos culturais passarão para posse da universidade.

Apenas 1% dos brasileiros fazem bafômetro

Estima-se que apenas 1% dos motoristas brasileiros sejam testados para o álcool na pista, o popularmente chamado bafômetro. Com base nesse chocante dado, Fernando Pedrosa, associado e co-fundador da Associação de Parentes, Amigos e Vítimas de Trânsito (Transitoamigo), organização social ligada às vítimas de trânsito, defendeu a importância da realização prévia do exame. Em evento on-line, promovido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ele teve a oportunidade de destacar aos participantes a política brasileira de prevenção ao uso de drogas, que tem como principal foco expandir a obrigatoriedade do exame toxicológico para os motoristas de todas as categorias

"O exame é uma maneira de combater o uso de drogas, além de ser essencial como forma de prevenção. Como vítima de trânsito, acompanhei de perto a questão da fiscalização no Brasil e é sabido que, embora sejamos um exemplo mundial pela adoção de política rigorosa de combate ao álcool no trânsito, a fiscalização não é capaz de alcançar um mínimo expressivo de condutores que dirigem alcoolizados", afirma.

Segundo Pedrosa, cuja entidade onde atua colabora no desenvolvimento de estratégias de conscientização do exame com a Associação Brasileira de Toxicologia (ABTox), "o exame, quando realizado preventivamente no momento em que o condutor vai tirar a carteira nacional de habilitação ou renová-la, é muito mais eficiente como política pública por ter um alcance total do público alvo estabelecido em lei, no caso brasileiro. Vale lembrar que apenas os condutores profissionais responsáveis pelo transporte de cargas e de passageiros e que são remunerados por essa atividade são obrigados a realizar o exame. Isso incluiu os motoristas de caminhões, carretas, ônibus e motoristas do transporte escolar".

Ingredientes da rabanada foram os que mais encareceram

Levantamento feito pela XP selecionou os itens mais consumidos na celebração do Natal e mostra que, desde dezembro do ano passado, a inflação acumulada no IPCA é de 5,47%. No entanto, quando se analisa grupos e itens específicos essa variação pode ficar bem maior ou registrar deflação. Na alimentação ao domicílio, por exemplo, os preços cresceram perto de 13%; item a item, bacalhau e frango tiveram altas de 7,9% e 5,1%, respectivamente. A rabanada deve surpreender muitos consumidores com custo mais alto nos ingredientes para sua preparação: o grupo leite e derivados cresceu 26% (o leite in natura ainda mais, quase 40%); o pão francês, 18%; ovos, quase 20%. O açúcar, por sua vez, foi o único com deflação: -1,1%.

Em relação aos presentes, o grupo de vestuário passou por uma inflação significativa em 2022. O preço das roupas aumentou quase 21%, já calçados e acessórios subiram 16,6% enquanto roupa infantil cresceu em menor intensidade, 13,6%. Os preços de vestuário registraram apenas altas, por conta do custo de produção que ficou muito mais caro. O algodão subiu 150% desde o começo da pandemia e até tecidos sintéticos sofreram com aumento de preços. No início da Covid-19 o consumo caiu, mas depois voltou a subir. O custo ficou elevado, as pessoas tinham disponibilidade de renda para consumo e, então, o repasse foi feito para esse setor.

Por outro lado, houve deflação considerável nos preços de videogames e computadores de -8,5 e -2,6%, respectivamente -, e alta modesta em aparelho telefônico, apenas 1,9%. Para aquelas menos ligadas no mundo digital, o valor pago por bicicletas ficou 7,5% ais caro e brinquedos 15,5%. Aos adultos com desejo de renovar o audiovisual de suas casas, televisores e aparelhos de som sofreram deflação de -7,1% e -6,1%, respectivamente.

Segundo o IBGE, em novembro de 2022, o bacalhau subia 8,63%, o que, no geral, explica que a inflação dos pescados no último ano foi de 2,81%. Já segundo o Procon-SP, os preços de uma caixa de 500g de panetone/chocotone subiram em torno de 23,2%, uma variação de R$ 13,59 a R$ 24,91. Ainda segundo o levantamento, 1kg de peru congelado oscilava de R$ 29,99 a R$ 72,24, durante os dias da pesquisa, o que representa cerca de 11,4% a mais do que no último ano.

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 30 de dezembro de 2022, às 12 horas, na sede da sociedade à Rua Marquês do Paraná nº 110, Centro, Niterói, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Deliberação sobre aumento do capital social; (b) Deliberação sobre a destinação de dividendos adicionais; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Niterói, 20 de dezembro de 2022. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AOTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 33.948.134/0001-98- Inscrição Municipal: 81.762.910

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos da legislação em vigor e do Estatuto deste Sindicato, convoco todos os integrantes da categoria, para Assembleia, a ser realizada no Auditório da Sede do Sindicato, situado na Rua Álvaro Alvim, nº 21 – 22º andar – Centro – Rio de Janeiro, RJ, no dia 27 de dezembro de 2022, às 17:00 horas, em primeira convocação e em segunda e última convocação às 17:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Discussão e aprovação, se for o caso, da Previsão Orçamentária para 2023 e o Balanço Financeiro/Patrimonial de 2021. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022.

Adolfo Lima - Presidente

Três perguntas: o início do inverno na Europa e a questão energética

Por Jorge Priori

Conversamos com Marcio Balthazar da Silveira, economista e consultor óleo e gás natural, sobre o inverno que se inicia na Europa nesta quarta, 21, e a questão energética.

Considerando a Guerra na Ucrânia e todas as suas consequências, como a Europa chega ao início do inverno em termos energéticos?

Antes de a Rússia invadir a Ucrânia em fevereiro, o que provocou sanções ocidentais, ela fornecia cerca de 40% do gás da Europa. Desse total, cerca de 65% das entregas vinham através do gasoduto Nord Stream para a Alemanha e o restante através de oleodutos via Ucrânia. Por mais que os embarques via Ucrânia tenham sido mantidos, eles estão em risco, já que não existem sinais de que a guerra com a Rússia esteja próxima de um fim. Enquanto isso, as entregas de gás através do Nord Stream pararam desde o final de agosto, quando o gasoduto foi danificado. Existem suspeitas de sabotagem, e ele não deve retornar ao serviço em breve.

A União Europeia (UE) tem o armazenamento de gás para o inverno deste ano assegurado, mas enfrenta um prognóstico difícil para recompor os estoques para o inverno de 2023/24. As contas de energia deverão se manter elevadas, e a implementação de medidas de racionamento, que até agora haviam sido evitadas, não estão descartadas, caso as alternativas de suprimento via GNL esbarrem em questões que envolvam logística de recebimento, transporte e armazenagem, ou em preços e disponibilidades no mercado internacional.

A depender da demanda nessa estação, a UE terá que importar volumes de GNL, num mercado que poderá se apresentar ainda mais competitivo que em 2022, caso os indicadores de atividade econômica na China apresentem melhoras depois das restrições à Covid implantadas neste ano.

Os próximos 12 a 24 meses serão fundamentais para determinar se a Europa poderá evitar uma crise energética a longo prazo. De acordo com estimativas publicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as famílias e as empresas europeias já registaram ao longo de 2022 um aumento dos custos totais de energia no valor de € 1 bilhão. Segundo esse estudo, se os governos da UE não fizerem nada além de apoio financeiro ou concessão de subsídios aos preços, o montante poderia representar cerca de 6% do PIB anual do bloco.

Aqui fica a questão: como ficará a competitividade da indústria europeia diante de custos de energia elevados? Em 2022, a UE foi circunstancialmente favorecida pela desaceleração econômica da China em razão do recrudescimento da Covid na região. O clima excepcionalmente ameno ao longo do ano no continente permitiu que se conseguisse inibir um pouco o uso de gás no período. De acordo com a própria UE, o bloco chega ao final do ano tendo reduzido a sua dependência do gás russo de 40% das importações antes da invasão da Ucrânia para menos de 9%.

Contudo, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês), se a oferta de gás russa cair para zero, e a demanda chinesa de GNL atingir os níveis de 2021, a UE terá dificuldades para obter cerca de 30 bilhões de metros cúbicos adicionais (75 MMm³/dia) em 2023, o equivalente a quase 7% da demanda de 2021. Nessas circunstâncias, a expectativa é de que os mercados de gás e GNL permaneçam especialmente voláteis, e, nas condições atuais, não há garantias de que a UE conseguirá substituir o suprimento proveniente da Rússia.

A gigante automotiva alemã Mercedes-Benz, por exemplo, disse que poderia reduzir o uso de gás em até 50% neste ano, usando mais eletricidade proveniente de fontes renováveis. Alguns setores industriais foram forçados a reduzir a produção, inviabilizados pelos altos preços do gás. Quando foi possível, algumas empresas buscaram produzir em outras regiões com energia mais barata.

Os esforços da UE para estabelecer um limite para os preços do gás no bloco podem dificultar ainda mais as tentativas de se proteger as cargas, sendo que a Alemanha se opõe a esse plano. Argumenta-se que, por mais que os preços estivessem elevados, eles ajudaram a região a garantir os estoques para este ano. No final das contas, gás caro é aquele que não está disponível ao preço formado pelo mercado.

Como disse, se confirmados os prognósticos de crescimento da economia chinesa, certamente o impacto sobre o mercado mundial de commodities, em especial de energia, será sensível.

Quais são as consequências dessa situação para a economia mundial?

A sustentação dos preços nos níveis atuais terá o condão de promover uma desaceleração na UE. Da mesma forma, cenários de curto prazo mostram que as pressões inflacionárias e elevação da dívida interna nos Estados Unidos poderão levar a medidas mais restritivas em relação ao crescimento econômico.

A guerra entre Rússia e Ucrânia deverá continuar, e alguns especialistas acreditam que deve haver uma escalada nas tensões já em janeiro, quando os russos aproveitarão o frio para atacar centrais de energia da Ucrânia.

Ao que tudo indica, essa guerra será longa, e o preço do petróleo Brent tem tudo para voltar a subir e ficar mais próximo dos US$ 90/barril. Os preços de petróleo e gás deverão se apresentar especialmente voláteis.

A agenda pela busca de energias alternativas e sustentáveis deverá predominar, mas com uma ambiência especialmente caracterizada por instabilidades econômicas. É razoável supor que capitais busquem refúgio financeiro antes de apostarem em novas tecnologias.

Quais são as consequências desse problema para o Brasil?

No Brasil, os impactos de toda a volatilidade internacional serão, obviamente, sentidos. Teremos que acompanhar esses movimentos de forma mais intensa.

No entanto, o país tem uma matriz energética predominantemente hidráulica, complementada por termeletricidade e energias eólicas ou solares. Se este perfil confere conforto ao suprimento de energia, não elimina a possibilidade de contaminação por parte do mercado internacional de óleo e gás natural (GNL).

Atualmente, cerca de 30% do mercado brasileiro é abastecido por agentes privados. O petróleo processado nas refinarias é precificado com base nessas referências. Além disso, o país ainda exporta e importa volumes de cru que têm que ser precificados de acordo.

Portanto, há que se afastar qualquer tentativa de interferência política sobre o mercado de óleo e gás ou sobre agentes que atuam no mercado brasileiro sob pena de promover um desarranjo de preços como ocorrido anos atrás no mercado de energia elétrica.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

Seguro viagem é indispensável no planejamento das férias

Depois de mais de dois anos de pandemia, a vontade e o entusiasmo para viajar voltaram com força total. Isso fez com que o mercado no setor de turismo ficasse aquecido e cheio de novidades. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no indicador acumulado de janeiro a julho deste ano, o agregado especial de atividades do setor turístico mostrou expansão de 41,9% frente a igual período de 2021. Com a proximidade das festas de fim de ano e férias de janeiro, muitas famílias começam a se organizar para viajar, mantendo o setor em alta.

Realizar aquela tão esperada viagem é o desejo de praticamente todos os brasileiros. Só que imprevistos acontecem mesmo durante as férias e é por isso que o seguro viagem tem entrado na lista de prioridades dos brasileiros, mesmo para destinos nacionais. Dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), nos últimos 12 meses, a procura por seguro-viagem aumentou 160,3% no Brasil. Esse crescimento chegou a 334,7% no Rio de Janeiro e a 448,9% no Espírito Santo.

Para Ronaldo Vilela, diretor-executivo do Sindicato das Seguradoras do Rio e Espírito Santo, o aumento da procura deve-se ao fato de as restrições antes impostas pela Covid terem diminuído e as pessoas retomarem os planos de viagem. “Além disso, percebemos uma mudança de mentalidade. O seguro-viagem era um item pouco solicitado pelos brasileiros, normalmente só era feito nas viagens para o exterior. Nos últimos anos, entretanto, se tornou relevante, mesmo nas viagens nacionais, entrando como uma prioridade no planejamento das férias”, finaliza.

A cobertura básica do seguro-viagem inclui despesas médicas, odontológicas e hospitalares, atendimento médico e odontológico 24 horas, translado de corpo, em caso de morte e cobertura para invalidez total ou parcial em caso de acidente. Além dela, é possível incluir outros serviços e garantias, como: despesas judiciais, extravio, furto, roubo ou danos em bagagens, regresso antecipado no caso de cancelamento da viagem, reembolso por atraso ou cancelamento de voo, custeio de estadia para acompanhantes em caso de emergência médica ou acidente.

Crédito à agricultura familiar garante mais comida na mesa do brasileiro

O novo ano chega com uma certeza: financiar a agricultura familiar garante mais comida na mesa do brasileiro e também permite que pequenos e médios produtores vislumbrem novos horizontes para seus negócios. “Depois de tentar durante muito tempo, em diversas instituições financeiras, obtive agora meu primeiro financiamento. Com ele ampliei minha plantação e iniciei a construção de um quiosque para receber visitantes e vender geleia de mirtilo. Desse modo, pude agregar valor à minha produção”, explicou Marlene Luiza Mendes

Aos 49 anos, Marlene contou que nunca havia obtido sucesso na busca por créditos, até saber que o Banco Agro disponibiliza financiamentos para pequenos e médios produtores. Ela disse que, “em pouquíssimo tempo e com juros bem menores do que os praticados no mercado”, conseguiu incrementar seu negócio.

Agora, além de vender mudas, também vai investir no turismo rural, com a construção de um espaço para receber quem deseja conhecer a região e comprar seus outros produtos: fruta congelada e in natura e geleia. Ao lado do marido, Nelito Freire Lima, e do filho, Mateus Gabriel, Marlene sonha com a conclusão da obra e a chegada dos visitantes.

Em visita ao espaço, a diretora de relações institucionais do Banco Agro, Najara Ferro, falou da felicidade de ver que “a Marlene é um bom exemplo da importância de se ajudar pequenos e médios produtores rurais”. Najara lembrou ainda que, na recém-concluída 27ª Conferência da ONU para o Clima (COP 27), entidades que representam mais de 350 milhões de pequenos agricultores divulgaram uma carta aberta aos líderes mundiais. No texto, os pequenos produtores alertaram sobre a importância de financiamentos para que possam enfrentar as mudanças climáticas.

A diretora do Banco Agro destacou ainda outro importante dado também apresentado na COP 27: os agricultores familiares produzem cerca de 80% dos alimentos consumidos em regiões como a Ásia e África Subsaariana. “No Brasil e em diversos outros países temos um percentual que não está muito distante deste. Por isso, nós, do Banco Agro, acreditamos ser fundamental o apoio aos pequenos e médios produtores rurais.”, disse Najara Ferro.

Perguntas e respostas sobre nova regra de marcação a mercado dos títulos de rena fixa

Norma entra em vigor em 2 de janeiro

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) publicou um novo documento de perguntas e respostas sobre a regra de marcação a mercado dos títulos de renda fixa, que começará a valer em 2 de janeiro. Com mais de 70 dúvidas feitas por integrantes do mercado, o material trata do escopo da regra, como precificar os ativos, marcação na curva, como fazer a divulgação para os clientes, entre outros aspectos.

As dúvidas foram apresentadas em uma reunião aberta realizada em 22 de novembro, com a participação de 701 representantes de 247 instituições, entre associados, aderentes aos códigos de autorregulação, entidades do mercado, associações, consultorias, universidades, escritórios de advocacia, entre outros. O documento também reúne questionamentos levantados na primeira reunião aberta sobre o tema, feita em 1º de junho com mais de 340 participantes.

A regra vale para instituições distribuidoras e intermediárias que seguem o nosso Código de Distribuição. Ela entra em vigor no dia 2 de janeiro e se aplica a títulos públicos federais (exceto os do Tesouro Direto), debêntures, CRIs e CRAs (Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio, respectivamente) investidos diretamente pelos clientes. Ou seja, papéis de renda fixa que estão dentro de fundos de investimento e de carteiras administradas não fazem parte da regra.

Os preços de referência devem ser apurados pelo menos uma vez por mês, mas as instituições podem atualizá-los com frequência menor se desejarem. A data de obtenção dos valores tem que ficar clara e eles devem ser apresentados em todos os demonstrativos enviados aos clientes, incluindo extratos, aplicativos e outros.

É permitido mostrar também os preços marcados na curva, desde que o preço a mercado seja mantido como o padrão. Investidores qualificados (aqueles que possuem mais de R$ 1 milhão em aplicações, ou foram aprovados em exames de qualificação técnica ou possuem certificações aprovadas pela CVM) podem solicitar a exibição apenas do valor na curva, mas não é recomendado que as instituições disponibilizem essa possibilidade de forma ativa.

O que muda de fato

Atualmente, a maioria das instituições exibe o valor do investimento para os clientes com a marcação na curva, que é o valor de aquisição somado aos juros definidos no momento da compra. Essa forma de divulgação não possibilita que o investidor acompanhe as mudanças do mercado que impactam no preço dos ativos.

A iniciativa faz parte da agenda de transparência da Anbima, que tem como prioridade o foco no investidor. Ela contribui para o amadurecimento dos clientes e tem potencial para estimular as negociações no mercado secundário de renda fixa, afirma Luciane Effting, vice-presidente do nosso Fórum de Distribuição.

Desde 2002 a marcação a mercado é adotada nos fundos de investimento. Agora, com a implementação nos títulos de renda fixa, a expectativa é que o investidor tenha mais possibilidades de aproveitar boas oportunidades. Por exemplo, se a taxa de juros ficar menor que a taxa pactuada ao comprar o título, ele se valoriza e o investidor pode preferir vendê-lo antes do vencimento. Por outro lado, se os juros ficarem mais altos, o cliente pode ter deságio para sair antes.

As instituições podem usar as taxas e preços que divulgamos diária e gratuitamente no Anbima Data . Nossa precificação abrange mais de 900 títulos, utilizando uma metodologia própria que consolida informações geradas e apuradas diretamente com instituições financeiras associadas que operam no mercado secundário. Os dados dos últimos cinco dias úteis podem ser consultados diretamente na plataforma.

As casas que preferirem captar os dados para integrá-los com ferramentas próprias, além de terem acesso às séries históricas, podem assinar o Anbima Feed , nossa plataforma de distribuição automatizada por meio de API, com acesso gratuito para associados.

A regra permite, ainda, que as instituições usem dados de outras entidades ou desenvolvam metodologia própria de precificação. Nesse caso, é preciso considerar parâmetros como duration, emissor, tipo de remuneração, rating e setor. Em todos os casos, as instituições deverão elaborar um manual de precificação que deverá ser registrado junto à nossa Supervisão.

Para saber mais

Lançamos um curso gratuito sobre marcação a mercado, com foco na nova regra, apresentando o conceito e a importância dessa prática. Para entender as principais mudanças para o distribuidor e o investidor, bem como outras informações importantes, os interessados podem consultar a página especial sobre o tema na plataforma ANBIMA Data.

13º ajuda Pix a bater recorde. Foram 104,1 mi de transações em um dia

Sistema de transferências instantâneas do Banco Central (BC), o Pix bateu novo recorde na terça-feira. Pela primeira vez, a modalidade superou a marca de 100 milhões de transações em 24 horas. Em um dia foram feitas 104,1 milhões de transferências via Pix para usuários finais. O volume coincidiu com a data limite para o pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário.

A alta demanda não comprometeu o funcionamento do Pix. Segundo o BC, os sistemas funcionaram com estabilidade ao longo de todo o dia.

O recorde anterior tinha sido registrado em 30 de novembro, com 99,4 milhões de transações em apenas um dia. Naquela data, tinha acabado o prazo de pagamento da primeira parcela do décimo terceiro. Criado em novembro de 2020, o Pix acumula 143,3 milhões de usuários, dos quais 131,6 milhões são pessoas físicas e 11,7 milhões, pessoas jurídicas. Em setembro deste ano, o sistema superou a marca de R$ 1 trilhão movimentados por mês.

EDITAL

Pelo presente edital, nos termos dos artigos 1º, 6º e 8º inciso II do Estatuto, ficam convocados os empregados das Categorias Profissionais, representadas pelo **Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Município do Rio de Janeiro - Sindaut –CNPJ nº 27.903.715.0001.00,** a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no **dia 27 de dezembro de 2022 (terça-feira) às 15:00hs** em primeira convocação ou ás 15:30hs em segunda e última convocação na sede do Sindicato na Rua André Cavalcante, 128 – Bairro de Fátima – Rio de Janeiro/RJ, com a categoria para discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Aprovação da Pauta Reivindicatória da Data-Base 2023/2024; b) Autorização dos empregados para o Sindicato instaurar Dissídio Coletivo ou assinar Convenção Coletiva; c) Autorização da categoria para descontar Contribuição Social em favor do Sindicato; d) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2022.

Fernando Bandeira – Presidente.

AMÉRICAS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS S.A.
CNPJ nº 01.223.522/0001-15
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A **AMÉRICAS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS S.A.,** sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob nº 01.223.522/0001-15, vem, diante da ausência de administradores atualmente empossados, por meio de sua acionista controladora, ROCK IN RIO CAFÉ LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.135.283/0001-41, representada por seus administradores Lionel Chulam e Alcides Morales Filho, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, que será realizada no dia 29 de dezembro de 2022, às 11h00min, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, pela qual poderão participar e votar, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **(I) Em regime de Assembleia Geral Ordinária: (a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia; **(b)** deliberar quanto à alteração do Estatuto Social, com a extinção do Conselho de Administração e reestruturação da Diretoria, para que seja composta por apenas 2 (dois) diretores, sem designação especial; e **(c)** eleger os membros da Diretoria; e **(II) Em regime de Assembleia Geral Extraordinária:** deliberar sobre **(a)** a redução do capital social, para compensação dos prejuízos acumulados da Companhia, na forma do artigo 173, da Lei das S.A., e **(b)** o subsequente aumento do capital social, mediante a emissão de novas ações. Nos termos do artigo 133, da Lei 6.404/1976, os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas estão postos à disposição dos acionistas, na sede da Companhia. Ainda, os acionistas que pretenderem participar da AGOE por meio da plataforma Microsoft Teams deverão enviar e-mail para societario@mzjc.com.br, solicitando suas credenciais de acesso e enviando, quando aplicável, toda a documentação necessária para a sua representação na AGOE. Por fim, a AGOE será integralmente gravada, de forma a viabilizar a identificação dos acionistas presentes e computar os votos proferidos.

CONCESSÃO DE LICENÇA

AUTO POSTO DO TRABALHO S/A – CNPJ: 03.139.910/0003-00, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/08692), a Licença Ambiental Municipal de Operação Nº EIS-LMO-2022/03171, com validade até 08/12/2032, para REVENDA DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GNV, UTILIZANDO SASC COMPOSTO POR 02 (DOIS) TANQUES SUBTERRÂNEOS COM CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO DE 30 m³ CADA (60 m3 DE CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO); SERVIÇO DE TROCA DE ÓLEO E LAVAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES., localizado na Estrada dos Bandeirantes, 7.650 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22780-085.

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 30 de dezembro de 2022, às 14 horas, na sede da sociedade à Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Deliberação sobre aumento do capital social; (b) Deliberação sobre a destinação de dividendos adicionais; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Petrópolis, 20 de dezembro de 2022. João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor; André Lermontov - Diretor.

CENTRON - CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA.

CNPJ/ME n° 02.864.097/0001-06 - NIRE 33.207.309.270

Edital de Convocação

Ficam os Sócios da **CENTRON - CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO LTDA.** convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada, em primeira convocação, nesta cidade, na Praia de Botafogo, nº 228, salas 1004 a 1008, Bairro Botafogo, CEP 22250-040, às 10h do dia 03 de janeiro de 2023 para deliberarem sobre (i) a abertura de 1 (uma) filial da Sociedade; e (ii) a alteração do endereço de 1 (uma) filial da Sociedade. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2022. **Felipe da Silva Guimarães -** Diretor sem Designação Específica.

ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.

CNPJ nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 333.00165.64-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 30 de dezembro de 2022, às 16 horas, na sede da sociedade à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, KM 91, Bananeiras, Araruama, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Deliberação sobre aumento do capital social; (b) Deliberação sobre a destinação de dividendos adicionais; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Araruama, 20 de dezembro de 2022. Carlos Alberto Vieira Gontijo - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor.

ÁGUAS DO PARAÍBA S/A

CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 30 de dezembro de 2022, às 10 horas, na sede da sociedade à Avenida Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque do Rosário, Campos dos Goytacazes, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Deliberação sobre aumento do capital social; (b) Deliberação sobre a destinação de dividendos adicionais; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Campos dos Goytacazes, 20 de dezembro de 2022. Marcio Salles Gomes - Diretor; Juscelio Azevedo de Souza - Diretor.

AUDITORIA AMBIENTAL

DE MILLUS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CNPJ: 33.115.817/0021-08, torna público que entregou à Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMAC, em 06/12/2022, o **RELATÓRIO DE AUDITORIA AMBIENTAL DO ANO DE 2021**, relativo às atividades de preparação, tecelagem, tingimento e estamparia de produtos têxteis e confecção, realizado em suas instalações, situadas na Av. Brasil, nº 13.500, Rio de Janeiro, RJ e informa que o mesmo estará a disposição para consulta na Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, na Av. Afonso Cavalcanti, 455, 12º andar, no município do Rio de Janeiro, das 09:00h às 12:00hs e de 14:00h às 16:00hs, bem como em suas instalações situadas na Av. Brasil, nº 13.500, Rio de Janeiro, RJ.

THURAM - AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.875.671/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 2019. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários. **A Administração.**

Balanço Patrimonial em 31/12/2020 e 2019 (Em reais)

	2020	2019
Ativo	**41.777.112,62**	**41.963.010,01**
Circulante:	**41.777.112,62**	**2.575.418,01**
Caixa e equivalentes de caixa	14.874,03	1.763,88
Adiantamento a sócios	2.374.396,59	2.573.654,13
Tributos a recuperar	250,00	-
Imoveis a comercializar	39.387.592,00	-
Não circulante:	-	**39.387.592,00**
Imobilizado	-	39.387.592,00
Passivo	**2020**	**2019**
Circulante:	**539.117,93**	**1.286.087,86**
Fornecedores	4.199,58	-
Impostos e contribuições	45.079,74	189.379,15
Adiantamento de clientes	489.838,61	1.096.708,71
Patrimônio Líquido	**41.237.994,69**	**40.676.922,15**
Capital Social	39.387.792,00	39.387.792,00
Lucros acumulados	1.850.202,69	1.289.130,15
Total do passivo e patrimônio líquido	**41.777.112,62**	**41.963.010,01**

Demonstrações de Resultados em 31/12/2020 e 2019 (Em reais)

	2020	2019
Receita das atividades		
Receita de parceria agropecuária	758.985,58	-
(-) Deduções das receitas	(27.702,98)	-
Receita líquida das atividades	**731.282,60**	**-**
Lucro Bruto	**731.282,60**	**-**
Despesas operacionais	**(136.211,95)**	**(65.570,12)**
(-) Despesas tributárias	(101.840,25)	(64.712,00)
(-) Despesas gerais	(34.371,70)	(858,12)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**595.070,65**	**(65.570,12)**
Resultado financeiro	**(16.621,35)**	**(15.465,52)**
(-) Despesas financeiras	(16.621,35)	(15.465,52)
Resultado antes das despesas com tributos sobre o lucro	**578.449,30**	**(81.035,64)**
(-) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(9.179,71)	-
(-) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(8.197,05)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**561.072,54**	**(81.035,64)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020 e 2019 (Em reais)

	Capital social	Resultados acumulados	Total
Saldos em 01/01/2019	39.387.792,00	1.370.165,79	40.757.957,79
Prejuízo do exercício	-	(81.035,64)	(81.035,64)
Saldos em 31/12/2019	**39.387.792,00**	**1.289.130,15**	**40.676.922,15**
Lucro do exercício	-	561.072,54	561.072,54
Saldos em 31/12/2020	**39.387.792,00**	**1.850.202,69**	**41.237.994,69**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2020 e 2019 (Em reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**561.072,54**	**(81.035,64)**
Adiantamento à sócios	199.257,54	64.134,00
Tributos a recuperar	(250,00)	-
Imóveis a comercializar	(39.387.592,00)	-
Fornecedores	4.199,58	-
Impostos e contribuições	(144.299,41)	15.465,52
Adiantamento de clientes	(606.870,10)	3.000,00
Caixa líquido das atividades operacionais	**(39.935.554,39)**	**82.599,52**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Reclassificação de ativos ao circulante	39.387.592,00	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**39.387.592,00**	**-**
Fluxo de caixa (aplicado) gerado no exercício	**13.110,15**	**1.563,88**
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	1.763,88	200,00
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	**14.874,03**	**1.763,88**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**13.110,15**	**1.563,88**

THURAM-AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES S.A. - Marjorie Arias - Diretora Presidente - CRC-RJ 05803 CPF: 400.817.377-34.
HUMAITAX CONTADORES EMPRESARIAIS LTDA - Antonio Paulo C. Nogueira - Contador - CRC-RJ 070904/O-6.